

# JusBrasil - Legislação

12 de abril de 2016

## Lei de Saneamento Basico - Lei 11445/07 | Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007

Publicado por Presidência da Republica (extraído pelo JusBrasil) - 9 anos atrás

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. [Ver tópico \(24597 documentos\)](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**Art. 1º** Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. [Ver tópico \(56 documentos\)](#)

**Art. 2º** Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: [Ver tópico \(522 documentos\)](#)

**I** - universalização do acesso; [Ver tópico \(50 documentos\)](#)

**II** - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; [Ver tópico \(43 documentos\)](#)

**III** - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; [Ver tópico \(119 documentos\)](#)

**IV** - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; [Ver tópico \(29 documentos\)](#)

**V** - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**VI** - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; [Ver tópico \(25 documentos\)](#)

**VII** - eficiência e sustentabilidade econômica; [Ver tópico \(23 documentos\)](#)

**VIII** - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**IX** - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**X** - controle social; [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**XI** - segurança, qualidade e regularidade; [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

**XII** - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**XIII** - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água. (Incluído pela Lei nº 12.862, de 2013) [Ver tópico](#)

**Art. 3o** Para os efeitos desta Lei, considera-se: [Ver tópico \(6143 documentos\)](#)

**I** - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de: [Ver tópico \(1673 documentos\)](#)

**a)** abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; [Ver tópico \(32 documentos\)](#)

**b)** esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; [Ver tópico \(1458 documentos\)](#)

**c)** limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; [Ver tópico \(29 documentos\)](#)

**d)** drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas; [Ver tópico \(39 documentos\)](#)

**II** - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal; [Ver tópico \(24 documentos\)](#)

**III** - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico; [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**IV** - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico; [Ver tópico \(14 documentos\)](#)

**V** - (VETADO); [Ver tópico](#)

**VI** - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares; [Ver tópico](#)

**VII** - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda; [Ver tópico](#)

**VIII** - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**§ 1o** (VETADO). [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

**§ 2o** (VETADO). [Ver tópico \(33 documentos\)](#)

**§ 3o** (VETADO). [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 4o** Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico. [Ver tópico \(73 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 5o** Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do

gerador. [Ver tópico \(36 documentos\)](#)

**Art. 6o** O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano. [Ver tópico \(50 documentos\)](#)

**Art. 7o** Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades: [Ver tópico \(123 documentos\)](#)

**I** - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3o desta Lei; [Ver tópico \(16 documentos\)](#)

**II** - de triagem para fins de reúso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3o desta Lei; [Ver tópico \(26 documentos\)](#)

**III** - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana. [Ver tópico \(15 documentos\)](#)

## CAPÍTULO II

### DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

**Art. 8o** Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005. [Ver tópico \(105 documentos\)](#)

**Art. 9o** O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto: [Ver tópico \(396 documentos\)](#)

**I** - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei; [Ver tópico \(27 documentos\)](#)

**II** - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação; [Ver tópico \(22 documentos\)](#)

**III** - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**IV** - fixar os direitos e os deveres dos usuários; [Ver tópico \(18 documentos\)](#)

**V** - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3o desta Lei; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**VI** - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento; [Ver tópico \(19 documentos\)](#)

**VII** - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 10.** A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária. [Ver tópico \(80 documentos\)](#)

**§ 1º** Excetuam-se do disposto no caput deste artigo: [Ver tópico \(25 documentos\)](#)

**I** - os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a: [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**a)** determinado condomínio; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**b)** localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**II** - os convênios e outros atos de delegação celebrados até o dia 6 de abril de 2005. [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**§ 2º** A autorização prevista no inciso I do § 1º deste artigo deverá prever a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termo específico, com os respectivos cadastros técnicos. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 11.** São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico: [Ver tópico \(412 documentos\)](#)

**I** - a existência de plano de saneamento básico; [Ver tópico \(24 documentos\)](#)

**II** - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico; [Ver tópico \(22 documentos\)](#)

**III** - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; [Ver tópico \(14 documentos\)](#)

**IV** - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato. [Ver tópico \(189 documentos\)](#)

**§ 1º** Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o

respectivo plano de saneamento básico. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**§ 2o** Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do caput deste artigo deverão prever: [Ver tópico \(34 documentos\)](#)

**I** - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**II** - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados; [Ver tópico \(12 documentos\)](#)

**III** - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**IV** - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo: [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**a)** o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**b)** a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas; [Ver tópico](#)

**c)** a política de subsídios; [Ver tópico](#)

**V** - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**VI** - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços. [Ver tópico](#)

**§ 3o** Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 4o** Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do caput e nos §§ 1o e 2o deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos. [Ver tópico \(10 documentos\)](#)

**Art. 12.** Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização. [Ver tópico \(53 documentos\)](#)

**§ 1o** A entidade de regulação definirá, pelo menos: [Ver tópico \(18 documentos\)](#)

**I** - as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos; [Ver tópico \(13 documentos\)](#)

**II** - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos; [Ver tópico \(13 documentos\)](#)

**III** - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços; [Ver tópico](#)

**IV** - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso; [Ver tópico](#)

**V** - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município. [Ver tópico](#)

**§ 2o** O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o caput deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos: [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**I** - as atividades ou insumos contratados; [Ver tópico](#)

**II** - as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos; [Ver tópico](#)

**III** - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação; [Ver tópico](#)

**IV** - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**V** - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**VI** - as condições e garantias de pagamento; [Ver tópico](#)

**VII** - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação; [Ver tópico](#)

**VIII** - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**IX** - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento; [Ver tópico](#)

**X** - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados. [Ver tópico](#)

**§ 3o** Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2o deste artigo a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**§ 4o** No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o caput

deste artigo, deverão constar do correspondente edital de licitação as regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 13.** Os entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos, poderão instituir fundos, aos quais poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos planos de saneamento básico, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico. [Ver tópico \(19 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Os recursos dos fundos a que se refere o caput deste artigo poderão ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

## CAPÍTULO III

### DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

**Art. 14.** A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por: [Ver tópico \(31 documentos\)](#)

**I** - um único prestador do serviço para vários Municípios, contíguos ou não; [Ver tópico](#)

**II** - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**III** - compatibilidade de planejamento. [Ver tópico](#)

**Art. 15.** Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas: [Ver tópico \(29 documentos\)](#)

**I** - por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre entes da Federação, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal; [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**II** - por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços. [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o caput deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores. [Ver tópico](#)

**Art. 16.** A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por: [Ver](#)



tópico (4 documentos)

**I** - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal, ou municipal, na forma da legislação; [Ver tópico](#)

**II** - empresa a que se tenham concedido os serviços. [Ver tópico](#)

**Art. 17.** O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos. [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**Art. 18.** Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos e, se for o caso, no Distrito Federal. [Ver tópico \(22 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

## CAPÍTULO IV

### DO PLANEJAMENTO

**Art. 19.** A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo: [Ver tópico \(389 documentos\)](#)

**I** - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**II** - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais; [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**III** - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**IV** - ações para emergências e contingências; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**V** - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**§ 1º** Os planos de saneamento básico serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço. [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**§ 2º** A consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço serão efetuadas pelos respectivos titulares. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 3º** Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 4º** Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual. [Ver tópico \(16 documentos\)](#)

**§ 5º** Será assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas. [Ver tópico \(166 documentos\)](#)

**§ 6º** A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação. [Ver tópico \(22 documentos\)](#)

**§ 7º** Quando envolverem serviços regionalizados, os planos de saneamento básico devem ser editados em conformidade com o estabelecido no art. 14 desta Lei. [Ver tópico](#)

**§ 8º** Exceto quando regional, o plano de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do ente da Federação que o elaborou. [Ver tópico](#)

**Art. 20.** (VETADO). [Ver tópico \(15 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO V

### DA REGULAÇÃO

**Art. 21.** O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios: [Ver tópico \(66 documentos\)](#)

**I** - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora; [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**II** - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões. [Ver tópico](#)

**Art. 22.** São objetivos da regulação: [Ver tópico \(293 documentos\)](#)

**I** - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários; [Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**II** - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**III** - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**IV** - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade. [Ver tópico \(73 documentos\)](#)

**Art. 23.** A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos: [Ver tópico \(162 documentos\)](#)

**I** - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**II** - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas; [Ver tópico](#)

**III** - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos; [Ver tópico](#)

**IV** - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão; [Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**V** - medição, faturamento e cobrança de serviços; [Ver tópico \(20 documentos\)](#)

**VI** - monitoramento dos custos; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**VII** - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados; [Ver tópico](#)

**VIII** - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**IX** - subsídios tarifários e não tarifários; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**X** - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; [Ver tópico](#)

**XI** - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento; [Ver tópico](#)

**XII** - (VETADO). [Ver tópico](#)

**§ 1o** A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer

entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas. [Ver tópico \(25 documentos\)](#)

**§ 2o** As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços. [Ver tópico](#)

**§ 3o** As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços. [Ver tópico](#)

**Art. 24.** Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os titulares poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação. [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**Art. 25.** Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessários para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais. [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**§ 1o** Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos. [Ver tópico](#)

**§ 2o** Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios. [Ver tópico](#)

**Art. 26.** Deverá ser assegurado publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto. [Ver tópico \(14 documentos\)](#)

**§ 1o** Excluem-se do disposto no caput deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão. [Ver tópico](#)

**§ 2o** A publicidade a que se refere o caput deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores - internet. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 27.** É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais: [Ver tópico \(19 documentos\)](#)

**I** - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados; [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**II** - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**III** - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação; [Ver tópico](#)

**IV** - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços. [Ver tópico](#)

**Art. 28.** (VETADO). [Ver tópico \(13 documentos\)](#)

## CAPÍTULO VI

### DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

**Art. 29.** Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços: [Ver tópico \(971 documentos\)](#)

**I** - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente; [Ver tópico \(331 documentos\)](#)

**II** - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades; [Ver tópico \(68 documentos\)](#)

**III** - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades. [Ver tópico \(56 documentos\)](#)

**§ 1º** Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes: [Ver tópico \(93 documentos\)](#)

**I** - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**II** - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**III** - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço; [Ver tópico \(18 documentos\)](#)

**IV** - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos; [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**V** - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência; [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**VI** - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**VII** - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; [Ver tópico](#)

**VIII** - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 2º** Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços. [Ver tópico \(10 documentos\)](#)

**Art. 30.** Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores: [Ver tópico \(2144 documentos\)](#)

**I** - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo; [Ver tópico \(572 documentos\)](#)

**II** - padrões de uso ou de qualidade requeridos; [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**III** - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente; [Ver tópico \(610 documentos\)](#)

**IV** - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas; [Ver tópico \(754 documentos\)](#)

**V** - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e [Ver tópico \(24 documentos\)](#)

**VI** - capacidade de pagamento dos consumidores. [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**Art. 31.** Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos: [Ver tópico \(30 documentos\)](#)

**I** - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços; [Ver tópico](#)

**II** - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos

orçamentários, inclusive por meio de subvenções; [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**III** - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

[Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**Art. 32.** (VETADO). [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**Art. 33.** (VETADO). [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**Art. 34.** (VETADO). [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 35.** As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar: [Ver tópico \(13 documentos\)](#)

**I** - o nível de renda da população da área atendida; [Ver tópico](#)

**II** - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**III** - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio. [Ver tópico](#)

**Art. 36.** A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar: [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**I** - o nível de renda da população da área atendida; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**II** - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas. [Ver tópico](#)

**Art. 37.** Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais. [Ver tópico \(54 documentos\)](#)

**Art. 38.** As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser: [Ver tópico \(82 documentos\)](#)

**I** - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado; [Ver tópico](#)

**II** - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro. [Ver tópico \(26 documentos\)](#)

**§ 1o** As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços. [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**§ 2o** Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 3o** Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor. [Ver tópico](#)

**§ 4o** A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. [Ver tópico](#)

**Art. 39.** As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação. [Ver tópico \(181 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados. [Ver tópico \(51 documentos\)](#)

**Art. 40.** Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses: [Ver tópico \(2275 documentos\)](#)

**I** - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens; [Ver tópico \(31 documentos\)](#)

**II** - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas; [Ver tópico \(431 documentos\)](#)

**III** - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito; [Ver tópico \(15 documentos\)](#)

**IV** - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e [Ver tópico \(40 documentos\)](#)

**V** - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado. [Ver tópico \(1406 documentos\)](#)

**§ 1o** As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários. [Ver tópico \(20 documentos\)](#)



**§ 2º** A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão. [Ver tópico \(92 documentos\)](#)

**§ 3º** A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas. [Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**Art. 41.** Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador. [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**Art. 42.** Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações. [Ver tópico \(46 documentos\)](#)

**§ 1º** Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias. [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**§ 2º** Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**§ 3º** Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato. [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**§ 4º** (VETADO). [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO VII

### DOS ASPECTOS TÉCNICOS

**Art. 43.** A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais. [Ver tópico \(257 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** A União definirá parâmetros mínimos para a potabilidade da água. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 44.** O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

[Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**§ 1º** A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o caput deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 2º** A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos. [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**Art. 45.** Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços. [Ver tópico \(1669 documentos\)](#)

**§ 1º** Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos. [Ver tópico \(161 documentos\)](#)

**§ 2º** A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes. [Ver tópico \(93 documentos\)](#)

**Art. 46.** Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda. [Ver tópico \(32 documentos\)](#)

## CAPÍTULO VIII

### DA PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS NO CONTROLE SOCIAL

**Art. 47.** O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais, do Distrito Federal e municipais, assegurada a representação: [Ver tópico \(45 documentos\)](#)

**I** - dos titulares dos serviços; [Ver tópico](#)

**II** - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico; [Ver tópico](#)

**III** - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**IV** - dos usuários de serviços de saneamento básico; [Ver tópico](#)

**V** - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico. [Ver tópico](#)

**§ 1º** As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**§ 2º** No caso da União, a participação a que se refere o caput deste artigo será exercida nos termos da Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, alterada pela Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO IX

### DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO

**Art. 48.** A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes: [Ver tópico \(18 documentos\)](#)

**I** - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico; [Ver tópico](#)

**II** - aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**III** - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços; [Ver tópico](#)

**IV** - utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico; [Ver tópico](#)

**V** - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**VI** - colaboração para o desenvolvimento urbano e regional; [Ver tópico](#)

**VII** - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares; [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**VIII** - fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados; [Ver tópico](#)

**IX** - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**X** - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações; [Ver tópico](#)

**XI** - estímulo à implementação de infra-estruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre entes federados. [Ver tópico](#)

**XII** - estímulo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água. (Incluído pela Lei nº 12.862, de 2013) [Ver tópico](#)

**Parágrafo único.** As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico. [Ver tópico](#)

**Art. 49.** São objetivos da Política Federal de Saneamento Básico: [Ver tópico \(18 documentos\)](#)

**I** - contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social; [Ver tópico](#)

**II** - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**III** - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**IV** - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**V** - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**VI** - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**VII** - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa; [Ver tópico](#)

**VIII** - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais; [Ver tópico](#)

**IX** - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico; [Ver tópico](#)

**X** - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**XI** - incentivar a adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água; (Incluído pela Lei nº 12.862, de 2013) [Ver tópico](#)

**XII** - promover educação ambiental voltada para a economia de água pelos usuários. (Incluído pela Lei nº 12.862, de 2013) [Ver tópico](#)

**Art. 50.** A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados: [Ver tópico \(36 documentos\)](#)

**I** - ao alcance de índices mínimos de: [Ver tópico](#)

**a)** desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços; [Ver tópico](#)

**b)** eficiência e eficácia dos serviços, ao longo da vida útil do empreendimento; [Ver tópico](#)

**II** - à adequada operação e manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com recursos mencionados no caput deste artigo. [Ver tópico](#)

**§ 1º** Na aplicação de recursos não onerosos da União, será dada prioridade às ações e empreendimentos que visem ao atendimento de usuários ou Municípios que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto-sustentação econômico-financeira dos serviços, vedada sua aplicação a empreendimentos contratados de forma onerosa. [Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**§ 2º** A União poderá instituir e orientar a execução de programas de incentivo à execução de projetos de interesse social na área de saneamento básico com participação de investidores privados, mediante operações estruturadas de financiamentos realizados com recursos de fundos privados de investimento, de capitalização ou de previdência complementar, em condições compatíveis com a natureza essencial dos serviços públicos de saneamento básico. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 3o** É vedada a aplicação de recursos orçamentários da União na administração, operação e manutenção de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal, salvo por prazo determinado em situações de eminente risco à saúde pública e ao meio ambiente. [Ver tópico \(12 documentos\)](#)

**§ 4o** Os recursos não onerosos da União, para subvenção de ações de saneamento básico promovidas pelos demais entes da Federação, serão sempre transferidos para Municípios, o Distrito Federal ou Estados. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 5o** No fomento à melhoria de operadores públicos de serviços de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas. [Ver tópico](#)

**§ 6o** A exigência prevista na alínea a do inciso I do caput deste artigo não se aplica à destinação de recursos para programas de desenvolvimento institucional do operador de serviços públicos de saneamento básico. [Ver tópico](#)

**§ 7o** (VETADO). [Ver tópico](#)

**Art. 51.** O processo de elaboração e revisão dos planos de saneamento básico deverá prever sua divulgação em conjunto com os estudos que os fundamentarem, o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública e, quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado criado nos termos do art. 47 desta Lei. [Ver tópico \(117 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da internet e por audiência pública. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 52.** A União elaborará, sob a coordenação do Ministério das Cidades: [Ver tópico \(32 documentos\)](#)

**I** - o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB que conterá: [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

**a)** os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União; [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**b)** as diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos; [Ver tópico](#)

**c)** a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento; [Ver tópico](#)

**d)** as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico; [Ver tópico](#)

**e)** os procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas; [Ver tópico](#)

**II** - planos regionais de saneamento básico, elaborados e executados em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios envolvidos para as regiões integradas de desenvolvimento econômico ou nas que haja a participação de órgão ou entidade federal na prestação de serviço público de saneamento básico. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**§ 1º** O PNSB deve: [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**I** - abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e outras ações de saneamento básico de interesse para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo o provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**II** - tratar especificamente das ações da União relativas ao saneamento básico nas áreas indígenas, nas reservas extrativistas da União e nas comunidades quilombolas. [Ver tópico](#)

**§ 2º** Os planos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo devem ser elaborados com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliados anualmente e revisados a cada 4 (quatro) anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**Art. 53.** Fica instituído o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA, com os objetivos de: [Ver tópico \(13 documentos\)](#)

**I** - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; [Ver tópico](#)

**II** - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico; [Ver tópico](#)

**III** - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico. [Ver tópico](#)

**§ 1º** As informações do Sinisa são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet. [Ver tópico](#)

**§ 2º** A União apoiará os titulares dos serviços a organizar sistemas de informação em saneamento básico, em atendimento ao disposto no inciso VI do caput do art. 9º desta Lei. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 54.** (VETADO). [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 55.** O § 5o do art. 2o da Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação: [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

Art. 2o .....

.....

**§ 5o** A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

..... (NR)

**Art. 56.** (VETADO) [Ver tópico](#)

**Art. 57.** O inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação: [Ver tópico \(12 documentos\)](#)

Art. 24. ....

.....

**XXVII** - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

..... (NR)

**Art. 58.** O art. 42 da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação: [Ver tópico \(63 documentos\)](#)

Art. 42. ....

**§ 1o** Vencido o prazo mencionado no contrato ou ato de outorga, o serviço poderá ser prestado por órgão ou entidade do poder concedente, ou delegado a terceiros, mediante novo contrato.

.....

**§ 3o** As concessões a que se refere o § 2o deste artigo, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize ou que possuam cláusula que preveja prorrogação, terão validade máxima até o dia 31 de



dezembro de 2010, desde que, até o dia 30 de junho de 2009, tenham sido cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:

**I** - levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei;

**II** - celebração de acordo entre o poder concedente e o concessionário sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I deste parágrafo e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e [Ver tópico](#)

**III** - publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até 6 (seis) meses, renovável até 31 de dezembro de 2008, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II deste parágrafo.

**§ 4º** Não ocorrendo o acordo previsto no inciso II do § 3º deste artigo, o cálculo da indenização de investimentos será feito com base nos critérios previstos no instrumento de concessão antes celebrado ou, na omissão deste, por avaliação de seu valor econômico ou reavaliação patrimonial, depreciação e amortização de ativos imobilizados definidos pelas legislações fiscal e das sociedades por ações, efetuada por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes.

**§ 5º** No caso do § 4º deste artigo, o pagamento de eventual indenização será realizado, mediante garantia real, por meio de 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, da parte ainda não amortizada de investimentos e de outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços, realizados com capital próprio do concessionário ou de seu controlador, ou originários de operações de financiamento, ou obtidos mediante emissão de ações, debêntures e outros títulos mobiliários, com a primeira parcela paga até o último dia útil do exercício financeiro em que ocorrer a reversão.

**§ 6º** Ocorrendo acordo, poderá a indenização de que trata o § 5º deste artigo ser paga mediante receitas de novo contrato que venha a disciplinar a prestação do serviço. (NR)

**Art. 59.** (VETADO). [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 60.** Revoga-se a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978. [Ver tópico \(23 documentos\)](#)

Brasília, 5 de janeiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Fortes de Almeida

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Bernard Appy

Paulo Sérgio Oliveira Passos

Luiz Marinho

José Agenor Álvares da Silva

Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.1.2007 e retificado em 11.1.2007.

**Disponível em:** <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95020/lei-de-saneamento-basico-lei-11445-07>